

Oposição discute programa agrícola

A oposição discute amanhã em Brasília um dos pontos mais polêmicos do programa de governo que fará parte da plataforma de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva. A partir das 9 horas, na Câmara dos Deputados, será iniciado o debate para fechar o programa de Lula para a agricultura e reforma agrária. O encontro terá a participação, entre outros, de João Pedro Stédile, um dos principais líderes do Movimento dos Sem Terra (MST) e Manoel de Serra, presidente da Contag, além de representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de associações ligadas à questão agrária no país.

A discussão deve ser polêmica principalmente porque o governo acusa o MST de ter radicalizado sua ação a favor da reforma agrária, defendendo invasões de propriedades e incentivando saques no Nordeste, em regiões castigadas pela seca. Setores do MST sugerem que a proposta de reforma agrária a ser incluí-

da no programa de governo seja forte e mantenha a linha de ocupação de latifúndios improdutivos, que serviriam para assentamentos de trabalhadores sem terra.

Na oposição existe consenso em relação à necessidade uma ampla reforma agrária, mas alguns grupos políticos entendem que as decisões tomadas no encontro não podem ser muito radicais, sob pena de assustar eleitores em potencial de Lula.

Em editorial divulgado na página agrária do PT da Internet, o secretário nacional de política agrária do partido, Plínio de Arruda Sampaio, informa que a reunião tem como objetivo estabelecer as diretrizes de um modelo de desenvolvimento agrícola que cumpra duas condições. Essas seriam a de "substituir o modelo agrícola atual, baseado na hegemonia dos grandes complexos agroindustriais, por um modelo no qual o Estado brasileiro tenha um papel orientador e que assegure espaço para a agricultura familiar, a

fim de atingir dois objetivos centrais: eliminar a pobreza rural e assegurar o abastecimento alimentar dos 160 milhões de brasileiros".

A segunda condição seria a de "encaixar-se como peça básica em um modelo alternativo de desenvolvimento fundado no pleno emprego da força de trabalho do País, a fim de assegurar cidadania a todos e promover a retomada da construção nacional", diz o informe.

Para o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), vice-líder do bloco de oposição no Senado, é preciso priorizar a reforma agrária mas é necessário dar "realce à política agrícola. Segundo ele, "a crise na agricultura no governo Fernando Henrique tirou no ano passado cerca de 450 mil postos de trabalho na agricultura", afirma. "Não adianta ser o governo que mais assentou se é também o que mais desempregou", lembra. "Ele dá com uma mão e tira com a outra, é a política de enxugar gelo", comparou.